

Questões das provas da magistratura referentes à matéria de Execução Penal

Prova de 4 de agosto de 2002

1ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

O réu tem direito à comutação de pena de uma sexta parte (de acordo com o Decreto nº 1.645/95, art. 2º, II.) uma vez preenchidos os requisitos legais e as informações do parecer técnico. Poderá:

- a) requerer ao Juízo da sentença condenatória o reconhecimento do benefício.
- b) requerer via Habeas Corpus a concessão do benefício para efeito de progressão de regime de cumprimento de pena.
- c) requerer ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça que inste o Juízo da condenação para concessão do benefício.
- d) requerer ao juízo da execução penal para análise e concessão do benefício, para efeito de progressão de regime de cumprimento da pena.
- e) requerer ao juízo da execução penal o encaminhamento do pedido para o juízo da condenação para análise e concessão do benefício.

2ª Questão: Assinale, dentre as alternativas adiante, a **correta**:

Um silvícola condenado pelo Tribunal do Júri a pena de 12 anos de reclusão, por crime de homicídio, cumprirá pena:

- a) Uma vez transitada em julgado a sentença condenatória será encaminhado à Penitenciária estadual de Chapecó.
- b) Dentro das possibilidades o índio cumprirá a pena em regime de semi liberdade na aldeia de sua origem, fiscalizado pelo órgão de Proteção ao Índio.
- c) Uma vez atendido o grau de integração (aculturamento) o silvícola cumprirá a pena em qualquer estabelecimento penal do sistema oficial de estabelecimentos de cumprimento de pena do Estado.
- d) Permite-se ao silvícola condenado, a aplicação de sanções penais de acordo com os costumes próprios, desde que não revistam caráter cruel ou difamante.

- e) O silvícola condenado a pena de reclusão, cumprirá em regime de semi liberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo de sua aldeia.

3ª Questão: Assinale, dentre as alternativas adiante, a **correta**:

Ao réu condenado por crime doloso contra a vida, considerado inimputável por insanidade, aplica-se medida de segurança:

- a) ao réu inimputável, considerado de alta periculosidade, a lei impõe ao Magistrado a aplicação de medida de segurança, pelo tempo da pena aplicada.
- b) ao réu inimputável, absolvido por legítima defesa, a lei impõe ao Magistrado a aplicação de medida de segurança em estabelecimento ambulatorial próprio, até comprovada sua recuperação.
- c) condenado por fato típico punível previsto em lei, ao réu inimputável, e de comprovada periculosidade, a lei impõe a aplicação de medida de segurança, em estabelecimento ambulatorial pelo mesmo período da pena aplicada.
- d) ao réu semi imputável condenado por crime doloso, a lei impõe ao Magistrado a aplicação de medida de segurança pelo tempo da pena corpórea aplicada, a ser cumprida no estabelecimento prisional.
- e) ao réu semi imputável condenado por crime doloso, a lei faculta ao Magistrado a aplicação de medida de segurança, em substituição à pena corpórea, quando os exames demonstrarem que o condenado necessita de especial tratamento curativo.

GABARITO

01	02	03
D	E	B

Prova de 13 de outubro de 2002

1ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Réu condenado por crime de tortura (Lei nº 9.455/97, art. 1º, § 7º), pode:

- a) Requerer ao juízo da condenação a concessão do benefício de progressão de regime, uma vez

cumpridos os requisitos legais;

- b) Requerer ao juízo da execução penal a concessão do benefício de progressão de pena, pleiteando o cumprimento do restante da pena em regime domiciliar, tendo em vista doença grave da esposa;
- c) o Magistrado indeferir o pedido, argüindo a constitucionalidade do art. 1º, § 7º, da Lei nº 9.455/97, porque o dispositivo de lei permite a progressão de regime ao prever a exclusão de imposição de regime integralmente fechado para o cumprimento da pena;
- d) o Magistrado indeferir o pedido, afirmando que o meio próprio para pleitear o benefício é a via do recurso de agravo para apreciação e concessão do benefício;
- e) o Magistrado indeferir o pedido, argüindo a inconstitucionalidade do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97, porque dispositivo de lei ordinária não pode derogar texto constitucional anterior;

2ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **correta**:

Réu carioca condenado por crime de tráfico de drogas na comarca de Blumenau, cumprindo pena na Penitenciária de Florianópolis, pretende cumprir a pena em estabelecimento prisional do Estado do Rio de Janeiro:

- a) requer ao juízo da condenação a transferência, alegando que ficará mais próximo da família;
- b) por se tratar de condenado de alta periculosidade, o juízo da execução sem maiores indagações, determinará a transferência do preso para um presídio de segurança máxima em outra unidade da federação;
- c) entendendo ter direito líquido e certo, por via de habeas corpus, pretende a transferência para outra unidade da federação para cumprimento da pena que lhe foi imposta, objetivando ficar mais próximo da família e dos amigos;
- d) por via de Habeas Corpus, o condenado enfrenta o indeferimento pelo Magistrado do pedido de transferência de presídio para local próximo de seus familiares, pretendendo a reforma da decisão judicial;
- e) Uma vez indeferido pelo juízo da execução, pedido para transferência de presídio para outra unidade da federação, o condenado por meio de recurso de agravo, objetiva a reforma da decisão judicial;

3ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

Compete ao juiz da execução decidir sobre:

- a) soma ou unificação de penas;
- b) progressão ou regressão nos regimes;
- c) detração e remição da pena;
- d) autorizar a saída temporária;
- e) revisão criminal.

4ª Questão: Assinale dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

Em sede de Lei de Execução Penal, compete ao Ministério Público:

- a) requerer todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo;
- b) converter a pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade.
- c) pleitear a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução;
- d) propor a aplicação de medida de segurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança;
- e) providenciar a revogação da medida de segurança;

GABARITO:

01	02	03	04
A	E	E	B

Prova de 16 de março de 2003

1ª Questão: Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

- a) condenada gestante ou condenado maior de 70 (setenta) anos.
- b) condenado acometido de doença grave ou condenada gestante ou condenada com filho menor ou deficiente físico mental.
- c) condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de doença grave ou condenada com filho menor

ou deficiente físico ou mental.

d) condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de doença grave ou congênita, gestante ou condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.

e) nenhuma das alternativas acima está correta.

2ª Questão: Quando, no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o juiz, poderá determinar a substituição da pena por medida de segurança:

a) a requerimento do Ministério Público.

b) de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

c) a requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa.

d) de ofício ou requerimento do Ministério Público ou da autoridade administrativa.

e) nenhuma das alternativas acima está correta.

GABARITO

01	02
D	D

Prova de 27 de abril de 2003

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Praticada falta disciplinar, a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, pelo prazo máximo de:

a) 7 dias.

b) 10 dias.

c) 15 dias.

d) 20 dias.

e) nenhuma das opções acima está correta.

2ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O Patronato e o Ministério Público são órgãos da execução penal.
- b) A legislação estadual não pode estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.
- c) O condenado que cumpre pena em regime inicialmente fechado, pode obter permissão do diretor para sair do estabelecimento penal.
- d) O preso provisório não pode executar trabalho externo ao estabelecimento.
- e) Sobre a remissão, não será ouvido o Conselho Penitenciário.

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O indulto individual poderá ser provocado por:

- a) iniciativa do Ministério Público ou do Conselho Penitenciário.
- b) iniciativa do Ministério Público ou petição do condenado.
- c) iniciativa do Ministério Público, petição do condenado ou do Conselho Penitenciário.
- d) iniciativa do Ministério Público, petição do condenado, do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa.
- e) nenhuma das opções acima está correta.

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

José da Silva – nome fictício – foi condenado por sentença que passou em julgado a pena de 12 anos de reclusão – regime integralmente fechado – pela prática de crimes hediondos.

- a) após cumprir 6 anos de pena, terá direito a saída temporária.
- b) poderá ser indultado, desde que satisfaça os requisitos previstos no decreto presidencial que conceda a benesse.
- c) poderá remir a pena na proporção de um dia de reprimenda por cada quatro trabalhados.
- d) após o cumprimento de seis anos e três meses da reprimenda, fará jus ao livramento condicional.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

GABARITO:

01	02	03	04
B	B	D	E

Prova de 9 de novembro de 2003

1ª Questão: Indique as 3 obrigações que serão sempre impostas ao liberado condicional pelo juiz:

- I. Comunicar periodicamente ao juiz sua ocupação.
- II. Recolher-se à habitação em hora fixada.
- III. Não mudar do território da comarca do juízo da execução, sem prévia autorização deste.
- IV. Obter ocupação lícita, dentro de prazo razoável, se for apto para o trabalho.
- V. Não freqüentar determinados lugares.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) As proposições I, II e III são obrigatórias.
- b) As proposições I, III e IV são obrigatórias.
- c) As proposições II, III e V são obrigatórias.
- d) As proposições II, III e IV são obrigatórias.
- e) As proposições I, IV e V são obrigatórias.

2ª Questão: Em relação ao trabalho do preso este será remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior:

- a) Um terço do salário mínimo.
- b) Dois terços do salário mínimo.
- c) Metade do salário mínimo.
- d) Três quartos do salário mínimo.
- e) Ao valor do salário mínimo.

3ª Questão: Com respeito ao instituto da remição podemos dizer:

- I.** O condenado que cumpre pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena, sendo vedada, no entanto sua aplicação aos condenados por crimes hediondos.
- II.** O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.
- III.** A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvido o Ministério Público;
- IV.** O condenado que for punido por falta grave perderá o direito ao tempo remido, começando o novo período a partir da data da infração disciplinar.
- V.** O tempo remido será computado para concessão do livramento condicional, indulto e progressão de regime.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**.

- a) Somente a proposição I está incorreta.
- b) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- c) Somente a proposição V está incorreta.
- d) Somente a proposição II está incorreta.
- e) Somente as proposições II e V estão incorretas.

GABARITO

01	02	03
B	D	A

Prova de 15 de fevereiro de 2004

1ª Questão: Sobre os crimes abaixo elencados é **verdadeira** a alternativa:

- a) O homicídio qualificado – art. 121, § 2º, inciso I, do CP – se for tentado, admite a progressão de regime.
- b) O delito de aborto provocado sem o consentimento da gestante é insuscetível de indulto.

- c) O estupro seguido de morte requer o cumprimento de metade da pena para a obtenção do livramento condicional.
- d) O latrocínio tentado não é passível de remição.
- e) Na tortura há possibilidade de progressão de regime.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) O condenado punido por falta grave não poderá mais remir a pena.
- b) A remição pode ser examinada sem prévia manifestação do Ministério Público.
- c) Para fins de indulto não será computado o tempo remido.
- d) O recolhimento à habitação em hora fixada pelo juízo, não é condição obrigatória do livramento condicional.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

3ª Questão: Não é órgão da Execução Penal:

- a) Conselho Penitenciário.
- b) Ministério da Justiça.
- c) Conselho da Comunidade.
- d) Patronato.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

4ª Questão: Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Compete ao juízo da execução decidir sobre somatória ou unificação de penas, marcar a data do casamento do preso e autorizar saídas temporárias.
- b) É direito do preso obter anualmente atestado de pena a cumprir.
- c) Não comete falta grave o preso que sofre involuntariamente acidente do trabalho.
- d) A sanção disciplinar de repreensão ao preso é aplicada pelo Diretor do Estabelecimento Penal.
- e) No delito de latrocínio tentado é impossível a progressão de regime.

GABARITO:

01	02	03	04
E	D	B	A

Prova de 2006

1ª Questão: Assinale a assertiva correta:

- a) A pena restritiva de direitos poderá ser convertida em privativa de liberdade e, quando o for, poderá, mesmo de ofício pelo Juiz da execução, ser substituída por medida de segurança se sobrevier doença mental do preso.
- b) A remuneração correspondente ao trabalho externo do preso será destinada ao pagamento com sua alimentação e compra de produtos destinados à sua higiene pessoal na prisão; o que sobejar será entregue à esposa e/ou filhos, se os tiver, ou, em caso negativo, depositado em conta poupança que será aberta em seu nome.
- c) Ao liberado condicional deverão, dentre outras obrigações, ser sempre impostas as de obter ocupação lícita, residir e não transferir-se do território da comarca do Juízo da Execução, e não alcoolizar-se.
- d) Compete ao relator da Apelação Criminal processar e decidir o pedido de progressão de regime formulado pelo condenado apelante que respondeu preso ao processo, caso não tenha sido expedido na origem o PEC provisório.
- e) Ao preso que cumpre pena em regime fechado poderá ser concedida autorização de saída para visita à família uma vez por mês, porém mediante escolta.

2ª Questão: Assinale a alternativa correta:

- a) Homicídio praticado por policial militar, contra vítima civil, fora da situação de atividade, mas com arma da corporação militar, configura crime cuja competência para apreciação será da justiça comum.
- b) A ação penal militar quando pública, somente poderá ser proposta por denúncia do Ministério Público Militar, e quando se tratar de crime cuja iniciativa seja privada, somente

poderá ser proposta pela vítima militar ou seu representante legal.

c) Do ponto de vista técnico-jurídico, o crime militar e a transgressão militar disciplinar não se distinguem, pois ambos dizem respeito ao dever militar e consistem na violação desse dever.

d) A prisão administrativa, porque afastada do regramento jurídico nacional por força da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, não mais pode ser aplicada no âmbito do direito militar.

e) O militar da reserva, ou reformado, para efeito da aplicação da lei penal, mantém as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, apenas quando pratica crime militar.

3ª Questão: É correto afirmar que o Código penal castrense estabelece:

a) No concurso de crimes, material ou formal, a pena a ser aplicada será a soma das previstas para cada um, sejam da mesma espécie, sejam de espécies diferentes.

b) O mesmo critério que o Código Penal comum para o apenamento do crime continuado, ou seja, a aplicação da pena de um só dos crimes, se idênticas, com sua elevação, conforme o caso, de um sexto a dois terços.

c) A covardia, consistente em subtrair-se o militar, mesmo em tempo de paz, às operações perigosas para as quais for destacado, como o enfrentamento a rebelião de presos, o combate armado ao tráfico e operações similares em que esteja sujeito ao perigo de morte, é crime punido com pena acessória de suspensão da corporação.

d) Como penas principais, a prisão, a reclusão, a reforma e a pena de morte.

e) No caso de tentativa para os crimes punidos com pena de morte, a pena será de prisão perpétua ou exílio, conforme o *iter* percorrido.

GABARITO:

01	02	03
A	A	D

Prova – Agosto de 2007

1ª Questão: Sobre o Regime Disciplinar Diferenciado, é correto afirmar:

I. Segundo parte da doutrina, o regime representa o tratamento desumano de determinado tipo de autor de crime, diferenciando cidadãos e “inimigos”, na lição de Günther Jakobs, com seu “Direito Penal do Inimigo”.

II. Parte da doutrina critica o regime por violar os princípios da humanidade e o da legalidade penal, pois criou uma sanção penal cruel e desumana sem tipo penal definido correspondente, ao prever isolamento celular de 360 (trezentos e sessenta) dias, prorrogável por igual período.

III. A prática de fato previsto como crime doloso no interior do sistema prisional constitui fundamento ou pressuposto do instituto.

IV. São conseqüências que justificam a inclusão no regime: (a) ocasionar subversão da ordem ou disciplina interna; (b) apresentar alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade; (c) haver fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.

V. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o legislador, ao instituir tal regime, atendeu o princípio da proporcionalidade, considerando-se que os princípios fundamentais previstos na Constituição da República não são ilimitados (princípio da relatividade ou conveniência das liberdades públicas).

Estão **corretas**:

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Todas as proposições estão incorretas.
- c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições I e V estão incorretas.
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

2ª Questão: Após o julgamento de recurso de embargos declaratórios em apelação criminal, Antônio teve sua pena corporal e de multa mantida, com redução apenas do tempo de cumprimento da prestação de serviços à comunidade e o valor da prestação pecuniária, em razão da substituição imposta pelo juízo de primeiro grau, que condicionou o início do cumprimento das reprimendas ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, porque ausentes os fundamentos e requisitos da prisão

preventiva. Não houve recurso da acusação. Interpostos recursos especial e extraordinário pela defesa, em contra-razões, o Ministério Público de Segundo Grau, requereu o início do cumprimento das penas restritivas de direitos e do pagamento da pena de multa. Em despacho de admissibilidade dos recursos, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça acatou os requerimentos do *Parquet*, pois os recursos interpostos não têm efeito suspensivo. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores é correto afirmar:

- I. É admissível apenas a execução provisória da pena de multa.
- II. É admissível apenas a execução provisória da pena de prestação pecuniária.
- III. É admissível apenas a execução provisória da pena de prestação de serviços à comunidade.
- IV. A execução das penas restritivas de direitos e de multa somente pode ser iniciada após o trânsito em julgado da condenação.
- V. Não pode o Tribunal *a quo*, em recurso exclusivo da defesa, determinar a execução provisória do julgado, sob pena de *reformatio in pejus*.

Está (ão) **correta (s)**:

- a) Somente a proposição II está incorreta.
- b) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- c) Somente a proposição I está incorreta.
- d) Somente a proposição III está incorreta.
- e) Somente as proposições IV e V estão corretas.

3ª Questão: Sobre a prisão domiciliar, é correto afirmar:

- I. É espécie do gênero aberto.
- II. Também é conhecida como prisão-albergue.
- III. Somente se admitirá, em princípio, o recolhimento do beneficiário submetido ao regime semi-aberto ou aberto, quando se tratar de condenado maior de 70 (setenta) anos ou acometido de grave doença e de condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental ou de condenada gestante.
- IV. A Lei de Execução Penal prevê, taxativamente, as hipóteses em que é possível a sua concessão.
- V. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, admite-se, excepcionalmente, a concessão da medida quando demonstrado que o tratamento médico prestado no estabelecimento prisional é inadequado ou ineficiente.

Estão **corretas**:

- a) As proposições I, II, III e IV estão corretas.
- b) As proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e V estão incorretas.
- d) As proposições I, IV e V estão corretas.
- e) Somente as proposições II e V estão incorretas.

GABARITO:

01	02	03
A	E	D

Prova - Junho de 2008

1ª Questão: Conforme o Código Penal e a Lei de Execução Penal, ninguém pode cumprir pena restritiva de liberdade por período superior a 30 (trinta) anos. Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo de 30 (trinta) anos. Segundo Súmula do Supremo Tribunal Federal, o limite máximo de 30 (trinta) anos decorrente da unificação das penas serve:

- a) Para limitar o tempo de efetivo encarceramento e para o cálculo do prazo para obtenção da progressão do regime.
- b) Nenhuma das respostas anteriores.
- c) Para limitar o tempo de efetivo encarceramento e para o cálculo do prazo para obtenção do livramento condicional.
- d) Para a contagem do prazo para obtenção do livramento condicional e para o cálculo do prazo para obtenção da progressão do regime.
- e) Exclusivamente para limitar o tempo de efetivo encarceramento.

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a orientação majoritária da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena não perde os dias remidos em face do princípio do direito adquirido.
- b) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena perde metade dos dias remidos.
- c) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena perde os dias remidos.
- d) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena perde os dias remidos na proporção do restante da pena a cumprir.
- e) O condenado que cometer falta grave durante o cumprimento da pena não perde os dias remidos em face do princípio da coisa julgada.

3ª Questão: Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei n.º 8.072/90, que impedia a progressão de regime em crimes hediondos.
 - II. Cumprido o requisito temporal exigido pela lei, o juiz é obrigado a conceder a progressão do regime para o apenado.
 - III. A Lei n.º 11.464/07 fixou que o réu não reincidente, condenado por crime hediondo, deve cumprir pelo menos 2/5 (dois quintos) da pena para requerer a progressão do regime.
 - IV. A Lei n.º 11.464/07, que fixou novos prazos para concessão de progressão de regime para autores de crimes hediondos, mesmo que mais gravosa ao condenado, face ao seu caráter meramente processual, pode retroagir para regular a execução da pena de crimes praticados antes de sua vigência.
 - V. A Lei n.º 11.464/07 fixou que o réu reincidente, condenado por crime hediondo, deve cumprir pelo menos 3/5 (três quintos) da pena para requerer a progressão do regime.
- a) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.

4ª Questão: Observadas as proposições abaixo, assinale a alternativa **correta**.

- I. Súmula do Supremo Tribunal Federal admite a progressão de regime de cumprimento da pena para o réu cuja sentença condenatória ainda não transitou em julgado.

II. Nos crimes considerados hediondos, a remição se dá na proporção de 1 (um) dia de pena para cada 5 (cinco) dias trabalhados.

III. A fuga é um direito do preso e pela Lei de Execução Penal não pode ser considerada falta grave.

IV. Súmula do Superior Tribunal de Justiça define que a frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semi aberto.

V. O regime disciplinar diferenciado tem por objetivo acelerar a reinserção social do apenado menos perigoso, mediante a ampliação de seu contato com o mundo externo ao presídio.

a) Somente as proposições IV e V estão corretas.

b) Somente as proposições II e III estão corretas.

c) Somente as proposições II e V estão corretas.

d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

e) Somente as proposições I e II estão corretas.

5ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Segundo a Lei de Execução Penal, o condenado que cumpre pena em regime fechado poderá obter saída temporária de 7 (sete) dias para visitar a família.

b) O condenado com mais de 70 (setenta) anos, beneficiário do regime aberto, poderá cumprir a pena em residência particular.

c) Sem óbice no princípio da coisa julgada, o juiz pode alterar, motivadamente, a forma de cumprimento da pena de limitação de fim de semana.

d) Quando houver condenação por mais de um crime, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas.

e) Obter ocupação lícita em tempo razoável é condição obrigatória imposta ao beneficiário do livramento condicional.

GABARITO:

01	02	03	04	05
ANULADA	C	D	D	A

Prova de 2009

1ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) De acordo com o art. 49 da Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares médias e leves deverão ser instituídas por lei local.
- b) Em se tratando de falta disciplinar, pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.
- c) Comete falta grave o condenado a pena restritiva de direitos que provocar acidente de trabalho.
- d) O regime disciplinar diferenciado, ainda que por ato motivado, não pode ser aplicado pelo diretor do estabelecimento penal.
- e) Nos termos do parágrafo único do art. 44 da Lei de Execução Penal, não estão sujeitos às sanções disciplinares os internados submetidos a medida de segurança.

2ª Questão: Acerca da Lei de Execuções Penais, é **correto** afirmar:

- a) O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se exclusivamente aos inimputáveis.
- b) O mesmo conjunto arquitetônico não poderá abrigar estabelecimentos penais de destinação diversa, ainda que devidamente isolados.
- c) A União Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios poderão construir penitenciárias destinadas, exclusivamente, aos presos provisórios e condenados que estejam em regime fechado, sujeitos ao regime disciplinar diferenciado.
- d) A cadeia pública destina-se ao condenado, com sentença transitada em julgado, a pena de reclusão, em regime fechado.
- e) A Casa do Albergado destina-se, preferencialmente, ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semiaberto.

3ª Questão: De acordo com a Lei n.º 7.210/84, assinale a alternativa **correta**:

- a) Quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.
- b) O tempo remido não será computado para a concessão de livramento condicional e indulto.

- c) O condenado que cumpre pena em regime fechado não poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.
- d) Os reeducandos que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, com vigilância direta, para visita à família.
- e) O juiz não poderá, de ofício, modificar as condições estabelecidas para concessão de regime aberto.

GABARITO:

01	02	03
C	C	A

Prova de 2010

36ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) Configura-se a tentativa nos crimes omissivos próprios ou de mera conduta e nos crimes preterdolosos.
- b) Nos casos de desistência voluntária e de arrependimento posterior, o agente só responde pelos atos já praticados.
- c) Na extorsão mediante sequestro, o concurso de duas ou mais pessoas qualifica o delito, havendo causa especial de diminuição de pena caso um dos concorrentes informe à autoridade a localização do sequestrado, facilitando a sua liberação.
- d) O delito de sonegação fiscal tipificado na Lei n. 8.137/1990, por ser crime material ou de resultado, não torna imprescindível o lançamento definitivo do crédito tributário para a sua consumação, com o exaurimento do processo fiscal, sem o qual não há constituição do crédito tributário.
- e) O crime de cartel (elevar sem justa causa o preço de bem e ou serviço, valendo-se de posição dominante no mercado) é crime material para cuja consumação não se exige o resultado.

37ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Na aplicação das causas especiais de diminuição, a pena final pode ser fixada aquém da pena mínima cominada.
- II.** O delito de lesão corporal culposa no trânsito admite a forma tentada.

III. A direção de veículo automotor, em via pública, sob o efeito de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa, exige para a sua configuração a exposição da incolumidade de outrem a dano potencial.

IV. Os delitos de trânsito consistentes em homicídio culposo, a critério do Ministério Público, podem ser processados perante o Juizado Especial Criminal.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- c) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- e) Todas as proposições estão incorretas.

38ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. As penas de prestação de serviços comunitários e de comparecimento a programa educativo, para os usuários de drogas, previstas na Lei n. 11.343/2006, serão aplicadas pelo prazo máximo de cinco meses, e, em caso de reincidência, pelo prazo máximo de dez meses.

II. Aquele que oferece droga eventualmente, e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, pratica o delito do uso compartilhado, estando isento de pena privativa de liberdade.

III. Em caso de descumprimento injustificado da pena de prestação de serviços à comunidade prevista na Lei n. 11.343/2006, o juiz converterá em pena privativa de liberdade conforme determina o Código Penal, deduzido o tempo já cumprido.

IV. A Lei n. 11.343/2006 prevê a configuração de normas penais em branco, as quais, diante disso, dependem de norma complementar de órgão administrativo do Poder Executivo da União.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

39ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- a) No caso de concurso de crimes, para efeito de livramento condicional o cálculo incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.
- b) A duração máxima do Regime Disciplinar Diferenciado é de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.
- c) Tratando-se de quadrilha para cometimentos de crimes hediondos, o delito é apenado com reclusão de 3 a 6 anos, aplicando-se a pena em dobro no caso de violência ou grave ameaça.
- d) São direitos do preso: alimentação suficiente e vestuário; atribuição de trabalho e sua remuneração; previdência social; exercício de atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatível com a execução da pena; proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; entrevista pessoal e reservada com o advogado; chamamento nominal.
- e) As sanções disciplinares da Lei de Execução Penal serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento, até mesmo a inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado desde que previamente comunicado o juiz competente.

40ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

- I.** Aquele que deixa de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata, comete crime omissivo previsto no Código de Defesa do Consumidor, admitindo-se tanto o dolo direto quanto o dolo eventual.
 - II.** O agente que comete o fato impelido pelo temor reverencial, por ser coação irresistível, é isento de pena, punindo-se apenas o autor da coação.
 - III.** Quem, de qualquer forma, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas; se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a mesma pena, diminuída de um sexto a um terço.
 - IV.** Comete crime de abuso de autoridade aquele que submete pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
 - V.** Comete peculato o funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- a) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

e) Somente as proposições I e IV estão corretas

41ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) É sempre considerado hediondo o homicídio simples praticado em atividade de grupo de extermínio.

b) À lesão corporal de natureza grave praticada com prevalência de relações domésticas contra pessoa portadora de deficiência, além da qualificação introduzida pela Lei n. 11.340/2006, incide majoração de um terço.

c) Em relação à aplicação da lei penal, goza da imunidade material da Constituição da República o parlamentar que, no exercício de seu mandato, expressar opiniões, palavras e votos, de modo que jamais se poderá identificar qualquer dos chamados crimes de opinião ou crimes da palavra.

d) É causa de especial aumento de pena a utilização dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza para a prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

e) A caça para subsistência é hipótese legal para a concessão, ao residente em área rural, do porte de arma de fogo de uso permitido, desde que atendidas as exigências específicas a esta modalidade.

42ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. Trata-se de contravenção penal o uso, publicamente, de uniforme ou de distintivo de função pública que não exerce.

II. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

III. Quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, não responderá pelo crime por ausência de potencial consciência da ilicitude.

IV. Em todos os crimes contra a propriedade intelectual previstos no Código Penal, o intuito de lucro direto ou indireto é exigido para a caracterização do tipo penal.

a) Somente a proposição I e II estão corretas.

b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições II e IV estão corretas.

d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

43ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. Não há o crime de estupro, nos termos do Código Penal, na relação sexual consensual praticada com maior de 14 e menor de 18 anos.

II. É pública, condicionada a representação, a ação penal por crime de sonegação fiscal.

III. O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa atenuante de pena nos crimes praticados contra o meio ambiente.

IV. No caso de concurso formal impróprio, como a conduta deriva de desígnios autônomos, a pena é aplicada pelo sistema da exasperação.

V. Nomear, admitir ou designar servidor contra expressa disposição de lei é crime de responsabilidade de prefeitos e vereadores.

a) Todas as proposições estão corretas.

b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições I e III estão corretas.

d) Somente a proposição II, IV e V estão corretas.

e) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

44ª Questão: Sobre a Lei de Tortura (Lei n. 9.455/1997), assinale a alternativa **correta**:

I. O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, sem exceções, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

II. Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação sexual não constitui crime de tortura.

III. É crime qualificado pelo resultado a tortura que gere na vítima lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

IV. Não há crime de tortura previsto no Código Penal Militar, razão pela qual a conduta típica de tortura por policial militar enseja a aplicação da Lei n. 9.455/1997.

a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições II e III estão corretas.

d) Somente as proposições III e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

45ª Questão: Assinale a alternativa **correta**:

I. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem duração de dois meses a cinco anos.

II. Quando o agente estiver participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, não autorizada pela autoridade competente, da qual resulte lesão corporal culposa, a apuração do delito dependerá sempre de representação.

III. Constituirá efeito da condenação a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

IV. Se o condenado por sentença penal transitada em julgado perdeu a função pública como efeito da condenação, ocorrendo a sua reabilitação, não se reintegra à situação funcional anterior.

a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.

b) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Anulada	B	Anulada	D	E	Anulada	D	C	B	B